

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.265 - SP (2018/0326228-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : BRADESCO SEGUROS S/A**  
**ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825**  
**RECORRIDO : ACADEMIA ITAQUERA USA SPORT LTDA**  
**ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA - SP147954**  
**RENATA SO SEVERO - SP310899**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **BRADESCO SEGUROS S/A**, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 282, e-STJ):

PLANO DE SAÚDE. Contrato coletivo. Resilição unilateral do contrato, mediante denúncia com antecedência prévia de 60 dias. Possibilidade em tese de denúncia unilateral de contratos coletivos por prazo prorrogados por prazo indeterminado. Abuso de direito a ser aferido no caso concreto. Pessoa jurídica autora que se mantém adimplente e deseja dar continuidade ao contrato. Seguradora ré que não apresenta qualquer razão objetiva, ou desequilíbrio contratual, para sustentar a denúncia. Beneficiários do contrato são exatamente os mesmos de planos de saúde individuais ou familiares. Abuso de direito constatado no caso concreto. Sentença de procedência mantida. Recurso desprovido.

Em suas razões de recurso especial (fls. 291/300, e-STJ), a recorrente aponta violação ao arts. 473 do Código Civil; e 51, inc. XI, do Código de Defesa do Consumidor, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) o direito de se estabelecer prazo determinado para os contratos de seguros, e, por conseguinte, o direito à não renovação contratual decorre da lei e do contrato; e b) não há abusividade da cláusula, porque ela não regula hipótese de cancelamento contratual, mas de não renovação ao término do prazo de vigência contratual, bem como, a faculdade de não renovar é de ambas as partes.

Contrarrazões apresentadas às fls. 313/323, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

**1.** Cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca da possibilidade de rescisão unilateral de contrato de plano de saúde coletivo pela operadora, mediante prévio aviso ao segurado.

O Tribunal de origem, ao analisar o tema, entendeu que o cancelamento do contrato amparado em cláusula contratual que prevê sua rescisão imotivada é inadmissível, pronunciando-se nos seguintes termos (fls. 283/288, e-STJ):

As partes celebraram contrato de plano de saúde coletivo/empresarial. Convencionaram que qualquer das partes poderia denunciá-lo unilateralmente, sem qualquer motivação, desde que comunicado o outro contratante com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

O contrato foi celebrado após o advento da Lei n. 9.656/98, de modo que é certa sua incidência ao caso concreto. Ademais, ao contrário do que aduz a ré recorrente, também não resta dúvida de que se aplica ao caso o Código de Defesa do Consumidor, diante da manifesta vulnerabilidade de microempresa frente à operadora seguradora - de plano de saúde. (...).

2. O artigo 13 da L. 9.656/98 disciplina a rescisão e a resolução dos contratos de plano de saúde individuais e familiares.

Com razão a ré ao afirmar que o artigo 13 da Lei n. 9.656/98 se circunscreve aos contratos individuais e familiares.

Com efeito, os contratos coletivos empresariais e por adesão não gozam das regras protetivas especiais.

Isso, porém, não quer dizer que o direito à rescisão fique ao inteiro arbítrio das partes, sem qualquer controle.

São comuns as cláusulas que permitem a denúncia imotivada por parte da operadora, ou mesmo motivada, no caso de aumento da sinistralidade e consequente desequilíbrio do contrato.

A denúncia imotivada é controlada pelos princípios cogentes da função social do contrato e da boa-fé objetiva. Claro que os contratos, fonte de obrigações, são a princípio transitórios. Os contratos relacionais, porém, geram a confiança e a justa expectativa de longa produção de efeitos, a ser protegida pela lei. Mesmo a denúncia motivada, como no caso de desequilíbrio superveniente do contrato por fato superveniente, deve ter demonstrado o fato gerador, para justificar o desfazimento do contrato. (...).

3. Não se afirma que deve ser o contrato perpétuo.

A ocorrência de desequilíbrio superveniente leva, a princípio, a possibilidade de alteração do valor do pagamento do prêmio em razão do aumento da sinistralidade. Inviável a revisão consensual, se admite a rescisão extrajudicial por denúncia motivada, acompanhada de planilhas demonstrativas da perda do sinalagma.

O que não se admite, quer em planos familiares, quer em planos coletivos, é a denúncia unilateral e imotivada, violando a confiança na segurança do porvir, inerente aos contratos relacionais.

No caso concreto, embora exista uma relevante e considerável utilização dos serviços da empresa ré pelos empregados da autora, não há nos autos a menor prova de que haja um desequilíbrio entre o valor paga pelo sinistro e os prêmios. (...).

Note-se que a cláusula contratual que permite a denúncia unilateral não é abusiva *in abstracto*, ou *a priori*.

O controle da licitude da denúncia se faz *a posteriori* e à luz das circunstâncias do caso concreto, verificando se há ou não abuso de direito.

No caso concreto, a ré simplesmente reafirma o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mas não invoca qualquer razão para tanto.

Esse comportamento é que se mostra abusivo, à luz do art. 187 do Código Civil.

Com efeito, as duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de plano de saúde imotivadamente, após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte (60 dias), uma vez que a norma inserta no art. 13, II, "b", parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares, bem como, que não se aplica a obrigatoriedade de manutenção do segurado em plano individual.

Nesse sentido, seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. PRAZO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Os contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos podem ser rescindidos imotivadamente após a vigência do período de 12 (doze) meses e mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias (art. 17, parágrafo único, da RN nº 195/2009 da ANS). A vedação de suspensão e de rescisão unilateral prevista no art. 13, parágrafo único, II, da Lei nº 9.656/1998 aplica-se somente aos contratos individuais ou familiares.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1692039/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 08/11/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é firme no entendimento de que é admitida a rescisão unilateral de contrato de plano de saúde na modalidade coletiva, imotivadamente, após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte, porquanto o art. 13, parágrafo único, II, "b", aplica-se apenas aos contratos individuais ou familiares. Precedentes.

2. Fundamentos trazidos aos autos apenas em sede de embargos de declaração e agravo interno perante esta Corte configuram incabível inovação recursal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1083267/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 25/10/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA REALIZADA. PRAZO OBEDECIDO. 1.Havendo previsão contratual, admite-se a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde após a vigência do período de 12 (doze) meses e mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3.Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1721970/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 29/10/2018)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO COLETIVO DE SAÚDE. ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI N. 9.656/98. VEDAÇÃO. INAPLICABILIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta

Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1676890/CE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

Com visto, a jurisprudência delimitou que o exercício desse direito pelas operadoras de plano de saúde coletivo depende da observância de alguns requisitos: **(i)** expressa previsão contratual nesse sentido; **(ii)** que o vínculo tenha vigência mínima de 12 (doze) meses e **(iii)** tenha havido prévia notificação da rescisão com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Assim, constatando-se a presença dos referidos requisitos, impõe-se o provimento do recurso especial para julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 932 do CPC/2015 e na Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, a fim julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

Custas e honorários advocatícios pela parte autora, ora recorrida, conforme fixados na origem, ressalvada, se for o caso, a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator